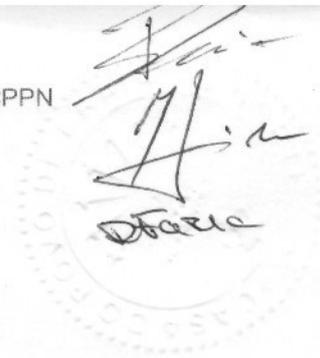


ESTATUTOS DA CASA DO POVO DA PRAIA DO NORTE DA FREGUESIA  
DA PRAIA DO NORTE



Capítulo I  
Naturezas e Fins  
Secção I

Caracterização

Artigo 1.º  
(Natureza)

1. A Casa do Povo da Praia do Norte é uma pessoa coletiva de utilidade pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, com o objetivo de promover o desenvolvimento e bem da Comunidade e rege-se pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2.º  
(Sede e área)

1. A Casa do Povo tem Sede em Estrada Regional s/n, Praia do Norte, concelho da Horta, ilha do Faial e abrange a freguesia da Praia do Norte.
2. No entanto poderá ser alargado a sua área de atuação a outras freguesias em caso de necessidade.

Secção II

Finalidades

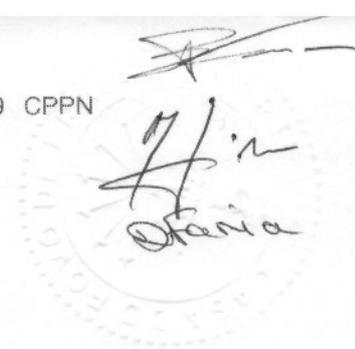
Artigo 3.º  
(Finalidades em geral)

1. A Casa do Povo tem por finalidade desenvolver atividades de carácter social e cultural, com a participação dos interessados, e colaborar com o Estado e as autarquias e INATEL, proporcionando-lhes o apoio que em cada caso se justifique, por forma a contribuir para a resolução de problemas da população na respetiva área.

2. Para a realização dos seus fins, deve a Casa do Povo:

- a) Promover ações de animação sociocultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades;
- b) Desenvolver atividades de apoio social, nas valências que em cada caso, mais se justifiquem, nos termos do Artigo 7º;
- c) Fomentar a participação das populações nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respetiva área e a melhorar a sua qualidade de vida, nos aspetos social, cultural, desportivo e recreativo;

3. A Casa do Povo poderá ainda participar no planeamento de ações de carácter económico, social e cultural, que abranjam a respetiva área.



Subsecção I  
Promoção dos sócios e desenvolvimento da comunidade

Artigo 4.º  
(Atividades de cooperação social)

1. No exercício das atribuições de cooperação social, a Casa do Povo desenvolve atividades orientadas para os seguintes objetivos:

- a) Desenvolvimento económico-social da comunidade local;
- b) Promoção social, cultural, moral e profissional, e valorização física dos seus associados;
- c) Apoio a outras associações e designadamente a cooperativas organizadas pelos seus sócios;
- d) Cooperação, relativamente aos seus associados, no fomento da habitação e concessão de crédito a associados.

2. A Casa do Povo pode criar secções de atividades específicas para a prossecução dos objetivos referidos no número anterior.

Artigo.º5  
(Desenvolvimento da comunidade)

1. Para o desenvolvimento da comunidade local, pode a Casa do Povo interpretar e equacionar as necessidades e aspirações comuns, designadamente através da recolha de propostas ou sugestões, e promover a sua satisfação ou nela colaborar, com a participação dos interessados, de modo a que a polivalência de ação a desenvolver pela Casa do Povo seja limitada apenas pela sua capacidade de resposta.

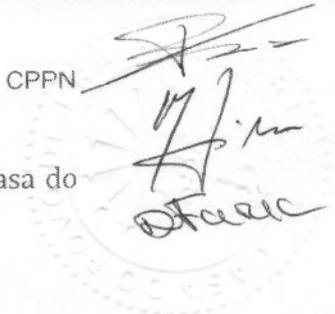
Artigo 6º  
(Promoção dos associados)

1. A Casa do Povo deve tomar iniciativas que visem a promoção social e cultural, a formação profissional e o aproveitamento dos tempos livres dos sócios, para fins recreativos, educativos e de valorização física.

2. Na prossecução dos objetivos de promoção social e cultural e de aproveitamento dos tempos livres, privilegiando a cooperação com o INATEL, a Casa do Povo procurará tornar-se o centro de convívio dos sócios e Pólo de atração da Comunidade, devendo nomeadamente e de acordo com as suas possibilidades:

- a) Organizar espetáculos de cinema, teatro, cursos de promoção, colóquios, conferências, excursões e outras atividades culturais e recreativas;
- b) Colaborar em campanhas sanitárias e outras tendentes ao bem-estar social;
- c) Instalar, bem como animar, museus e bibliotecas;
- d) Desenvolver o gosto pela música e pelo folclore;
- e) Incentivar o interesse por atividades de artesanato e outras relacionadas com a cultura tradicional;
- f) Promover a prática racional de ginástica, de atletismo, ou de outras atividades desportivas, podendo para esse efeito adquirir e/ou arrendar terrenos e construções.

3. Com vista ao aperfeiçoamento profissional dos associados, deve a Casa do Povo colaborar em atividades tendentes à sua formação e valorização.



Artigo 7.º  
(Atividades de Apoio Social)

1. A Casa do Povo promoverá a criação e manutenção de atividades de apoio social, designadamente nos sectores da infância, juventude e terceira idade, por sua iniciativa ou em cooperação com o Centro Regional de Segurança Social, nas condições previstas para o desenvolvimento dessas atividades.

2. A Casa do Povo pode ainda organizar Colónias de Férias ou diligenciar, junto de outras entidades, para que os seus sócios e familiares as frequentem.

3. Os serviços prestados pela Casa do Povo na concretização das atividades previstas neste artigo, serão remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder e em conformidade com as tabelas de comparticipação dos utentes, elaboradas de harmonia com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação celebrados com os Serviços Oficiais competentes.

4. A organização e funcionamento dos diversos sectores desta atividade, constarão de Regulamento Interno a elaborar pela Direção.

Artigo 8.º  
(Acesso às atividades)

1. O direito de frequentar as instalações da Casa do Povo e participar nas atividades de animação sociocultural por ela desenvolvidas, reservado apenas aos sócios, poderá ser reconhecido, em condições análogas às dos sócios, a pessoas que não possam ter essa qualidade por não reunirem as condições exigidas para serem sócios, ou ainda a pessoas reconhecidas carenciadas.

Artigo 9.º  
(Assistência Extraordinária)

1. A Casa do Povo pode conceder auxílio aos sócios e a suas famílias, para ocorrer a situações de comprovada necessidade, dentro das possibilidades das receitas próprias, desde que autorizada pela Assembleia-Geral, e dos subsídios que, para esse fim lhe forem atribuídos.

Artigo 10.º  
(Apoio a Cooperativas, à Habitação e ao Crédito)

1. Podem beneficiar do apoio da Casa do Povo as cooperativas de produção, comercialização e consumo, constituídas e organizadas pelos sócios.

2. A Casa do Povo pode, relativamente aos seus sócios, cooperar no fomento da habitação e no crédito aos sócios com menores disponibilidades económicas, quando disponha de recursos próprios para esses fins.

3. As formas de apoio previstas no presente artigo, bem como os meios de o concretizar, carecem de prévia aprovação da Assembleia-Geral.



Subsecção II  
Cooperação com serviços públicos

Artigo 11.º  
(Princípio Geral)

1. A Casa do Povo pode incumbir-se do desempenho de tarefas cometidas a serviços públicos, INATEL e outros, que se mostrem de interesse para a população, por delegação daqueles, bem como ceder instalações necessárias à realização das referidas tarefas.

Artigo 12.º  
(Acordos de Retribuição)

1. No âmbito dos seus fins e na cooperação com o Estado e as Autarquias, a cedência de instalações e a execução de tarefas previstas no artigo anterior, são retribuídas em conformidade com os acordos celebrados para o efeito.

Artigo 13.º  
(Utentes dos Serviços)

1. O acesso aos serviços referidos nos artigos anteriores é garantido aos respetivos utentes, independentemente da sua qualidade de sócio da Casa do Povo.

Capítulo II

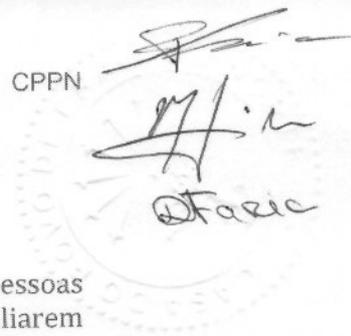
Sócios

Secção I

Disposições gerais

Artigo 14.º  
(Inscrição)

1. Podem ser inscritos como sócios da Casa do Povo os indivíduos com mais de 16 anos ou emancipados.
2. A admissão ou readmissão dos sócios depende de requerimento dos interessados e de decisão da Direção, da qual cabe recurso para a Assembleia-Geral.
3. Os sócios, só podem exercer o seu direito de voto, decorrido um ano, após a sua admissão.
4. A demissão e a exclusão de sócios é feita a pedido do interessado ou promovida pela Direção, de harmonia com o disposto no número 3 do Artigo 57º e no número 5 do Artigo 66º dos presentes estatutos.



Artigo 15.º  
(Sócios Honorários)

1. Podem ser declarados sócios Honorários da Casa do Povo as pessoas singulares ou coletivas que, por lhe prestarem relevantes serviços ou a auxiliarem com donativos consideráveis, sejam consideradas merecedoras de tal distinção.

2. A declaração é da competência da Assembleia Geral, sob proposta fundamentada da Direção.

Artigo 16.º  
(Número Mínimo de Sócios)

1. O número mínimo de sócios da Casa do Povo é de 50.

Secção II  
Direitos e deveres

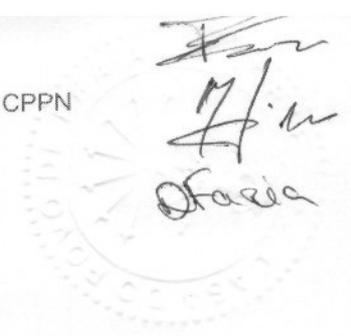
Artigo 17.º  
(Direitos dos Sócios)

1. São Direitos dos Sócios:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Requerer a convocação da Assembleia Geral de acordo com o estipulado no artigo 30.º dos presentes estatutos;
- c) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
- d) Examinar as contas, orçamentos, livros de contabilidade e respetivos documentos, nos oito dias anteriores à reunião da Assembleia Geral convocada para a sua apreciação;
- e) Frequentar ou utilizar as instalações da Casa do Povo e participar nas respetivas atividades, nas condições estabelecidas pela Direção;
- f) Propor à direção ações e iniciativas conducentes à realização dos objetivos da Casa do Povo;
- g) Levar ao conhecimento do Presidente da Assembleia Geral qualquer resolução ou ato da direção que se lhes afigure contrário ao interesse da Casa do Povo, ao disposto nestes estatutos, ou na legislação aplicável;
- h) Levar ao conhecimento do Presidente da Direção atos praticados pelos sócios que sejam passíveis de sanção disciplinar;
- i) Usufruir dos benefícios proporcionados pela Casa do Povo, nos termos da lei e dos presentes estatutos;
- j) Aos Sócios Honorários não é reconhecida capacidade eleitoral passiva.

2. A utilização de determinadas regalias concedidas pela Casa do Povo, nomeadamente a assistência a espetáculos, pode ser limitada por razões de organização condicionada ao pagamento de uma importância a estabelecer pela Direção.

3. O direito de frequentar as instalações da Casa do Povo e de participar nas atividades por esta desenvolvidas é extensivo aos familiares dos sócios que estejam a seu cargo e que não reúnam as condições legais para serem sócios;



Artigo 18.º  
(Deveres dos Sócios)

1. São deveres dos sócios:
  - a) Pagar pontualmente as quotas fixadas;
  - b) Comparecer nas reuniões para que forem convocados;
  - c) Tratar com correção e urbanidade os restantes associados, bem como os membros dos Órgãos Sociais, Funcionários e Colaboradores da Casa do Povo;
  - d) Exercer com zelo os cargos para que forem eleitos, salvo os casos em que é admitida escusa, nos termos do artigo 26.º;
  - e) Concorrer para o progresso e desenvolvimento da Casa do Povo e da sua comunidade;
  - f) Não praticar atos lesivos dos interesses da Casa do Povo;

Artigo 19.º  
(Disposição comum)

1. Para além dos Direitos e Deveres dos sócios enunciados nos Artigos antecedentes, são-lhes ainda conferidos todos os que resultam do disposto nos presentes Estatutos ou nas Leis aplicáveis.

Capítulo III

Administração e Funcionamento

Secção I

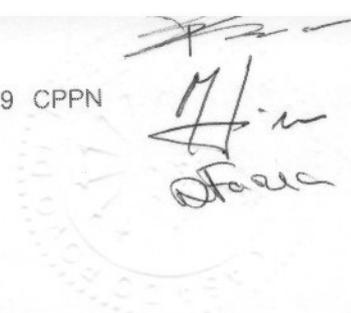
Disposições gerais

Artigo 20.º  
(Órgãos)

1. São órgãos da Casa do Povo a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.
2. Cabe a cada um dos órgãos exercer eficientemente as suas funções, no respeito pelas competências e responsabilidade dos outros órgãos.

Artigo 21.º  
(Distribuição de cargos)

1. Em cada órgão os membros eleitos distribuem entre si os respetivos cargos em harmonia com a lista eleita.
2. É permitida a redistribuição de cargos dentro de cada órgão por motivos devidamente justificados, a comunicar prioritariamente aos sócios.
3. A distribuição ou redistribuição de cargos são comunicadas aos sócios, por meio de aviso afixado na sede, imediatamente após a reunião em que tal seja deliberado.



Artigo 22.º  
(Funcionamento dos Órgãos)

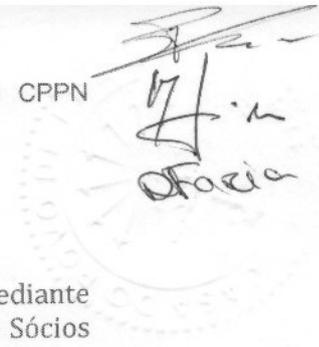
1. As deliberações da Mesa de Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal são tomadas pela maioria dos seus membros, salvo no caso de empate, em que cabe ao Presidente voto de qualidade.
2. Na falta ou impedimento temporário de qualquer membro dos órgãos sociais são as suas funções asseguradas pelo membro do mesmo órgão que se lhe seguir pela ordem de composição indicada nestes estatutos.
3. Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

Artigo 23.º  
(Mandato)

1. A duração do mandato resultante de eleição efetuada para totalidade dos órgãos dos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal é de quatro anos.
2. A contagem dos anos de mandato corresponde à dos anos civis.
3. O ano em que se iniciar o exercício só será contado com um ano de mandato se a posse tiver lugar antes do mês de Julho.
4. A duração do mandato dos membros dos órgãos escolhidos em eleição parcial, bem como dos suplentes que sejam chamados a ocupar cargos em qualquer órgão, vinda no termo do quadriénio em curso.
5. O Presidente da Instituição só pode ser eleito para três mandados.

Artigo 24.º  
(Exercício)

1. Os órgãos sociais eleitos tomam posse dos respetivos cargos, salvo o disposto no nº 3 deste Artigo, nos oito dias subsequentes à data da eleição, e daquela é lavrada a ato em livro próprio, considerando-se desde essa altura em exercício.
2. A posse é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou pelo quem o substitua.
3. No caso de impedimento ou recusa das entidades referidas no número anterior, a posse é assumida em reunião conjunta dos órgãos eleitos e cessantes, convocada para o efeito.
4. No ato de posse são transferidos todos os bens e valores respetivos, por meio de inventário, que deve ser assinado pelos membros cessantes e pelos empossados, e no qual se discriminaram as importâncias e valores em caixa e em depósito.
5. Os órgãos sociais cessantes continuam em exercício até à posse dos eleitos.
6. É gratuito o exercício dos cargos sociais, sem prejuízo do direito à compensação das despesas dele resultantes.



Artigo 25.º  
(Escusa)

1. Podem escusar-se de assumir os cargos para que forem eleitos mediante pedido, por escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os Sócios que:

- a) Tiveram exercício qualquer cargo diretivo no quadriénio anterior;
- b) Se acharem impossibilitados do desempenho regular do cargo;
- c) Tiveram completado 65 anos de idade;

Artigo 26.º  
(Renúncia)

1. Os membros dos órgãos sociais em exercício que pretendam ser dispensados das suas funções devem comunicar por escrito a sua renúncia, fundamentada, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a quem o substitua.

Artigo 27.º  
(Perda de mandato)

1. A assembleia-geral poderá deliberar a perda de mandato de qualquer membro dos órgãos sociais que, diretamente ou por interposta pessoa, negoceie, com a Casa do Povo.

Secção II

Assembleia Geral

Artigo 28.º  
(Composição)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos respetivos direitos.

2. Os sócios podem fazer-se representar nas sessões da Assembleia Geral.

Artigo 29.º  
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa, constituída por um Presidente e dois Secretários.

Artigo 30.º  
(Convocatória)

1. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa ou a pedido da Direção, do Concelho Fiscal ou a requerimento de 25 sócios.

2. Se o presidente da Mesa o não fizer, nos casos em que a tal seja obrigado, pode qualquer sócio efetuar a convocação, em representação dos 25 sócios referidos no número anterior.

3. A convocatória deverá ser feita por carta ou por correio eletrônico a todos os associados ou publicitada nos dois jornais de maior expressão da região, e afixada na Casa do Povo e as suas delegações, quando existem, com a antecedência não inferior a 15 dias.

4. Da convocatória constam obrigatoriamente a ordem de trabalhos, o local, o dia e a hora designados para a reunião.

5. Os documentos mencionados na Ordem de Trabalhos estarão presentes para consulta na Secretaria da Casa do Povo.

### Artigo 31.º (Competência)

1. Compete à assembleia-geral:

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Casa do Povo;
- b) Eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros da Direção e do Conselho Fiscal;
- c) Analisar e aprovar os Orçamentos e Planos de Atividades, bem como as Contas e Relatório Anual;
- d) Fixar, sob proposta da Direção, o valor das quotas dos sócios.
- e) Deliberar sobre as reclamações das decisões da Direção relativamente aos pedidos de inscrição como sócio;
- f) Declarar Sócios Honorários da Casa do Povo as pessoas ou entidades referidas no Artigo 15.º;
- g) Deliberar sobre os assuntos que lhe forem propostos pela Direção;
- h) Deliberar a dissolução do organismo, cisão ou fusão e destino dos bens imóveis ou outros bens patrimoniais de rendimento ou valor histórico ou artístico, com votos favoráveis de três quartos do número de todos os sócios.
- i) Deliberar as alterações aos Estatutos, bem como adquirir ou alienar bens, com o voto favorável de três quartos do número de sócios presentes;
- j) Aprovar a concessão de apoio a cooperativas, à habitação e ao crédito, nos termos do artigo 10.º destes Estatutos;
- k) Autorizar a concessão de auxílios aos sócios e suas famílias, nos casos previstos no Artigo 9.º destes Estatutos;
- l) Aprovar a adesão a Federações e à Confederação das Casas do Povo, com a maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos;

m) Autorizar a Direção a demandar os membros dos Órgãos Sociais por atos praticados no exercício das suas funções, com a maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos;

n) Exercer as demais funções que lhe forem legalmente fixadas;

2. Não há lugar à dissolução da Casa do Povo, prevista na al) h do n.º 1 do presente artigo, caso haja pelo menos um número mínimo de associados, igual ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos sociais, se declarar disposto a assegurar a permanência da instituição, qualquer que seja o número de votos contra:

### Artigo 32.º (Reuniões)

1. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária, até 31 de Março e na primeira quinzena de Novembro de cada ano, para apreciação e votação, respetivamente, do Relatório e Contas do exercício anterior e do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e no final de cada mandato de acordo com o Regulamento Eleitoral.

*Handwritten signatures and the word "Ofício" are present in the top right corner.*

2. A Assembleia Geral pode ainda reunir extraordinariamente para tratar de assuntos de manifesto interesse para o organismo.

3. As deliberações sobre alteração dos Estatutos destituição dos órgãos e seus membros, ou a extinção do organismo são tomadas em reuniões extraordinárias, expressamente convocadas para o efeito.

#### Artigo 33.º (Funcionamento)

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória com a maioria dos sócios com direito nela participarem e meia hora depois, com qualquer número de sócios presentes.

2. É proibida a discussão de assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral ou não constem da ordem de trabalhos.

3. Nenhum sócio pode votar em matérias que lhe haja conflitos de interesse entre a Casa do Povo e ele, seu conjugue, ascendentes e descendentes.

4. Por decisão do Presidente da Assembleia Geral ou qualquer um dos órgãos sociais da Casa do Povo ou ainda com a assinatura de um mínimo de 20 sócios, pode ser requerida a presença de uma representação da Federação ou Confederação das Casas do Povo, devidamente habilitada, que prestará todo o apoio técnico-jurídico solicitado, esclarecendo a Assembleia e dando pareceres não vinculativos.

#### Artigo 34.º (Competência do Presidente)

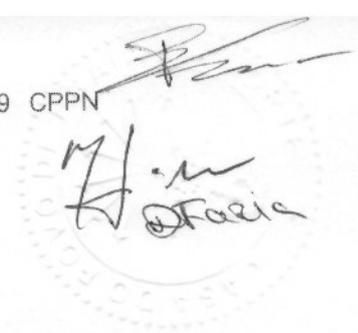
1. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar a Assembleia Geral para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- b) Dirigir as reuniões, disciplinando e orientando a discussão e votação;
- c) Assinar o expediente que diga respeito à Assembleia Geral;
- d) Dar posse aos Corpos Gerentes e deliberar sobre renúncias e pedidos de demissão dos seus membros;
- e) Assistir às reuniões da Direção, podendo sugerir e dar pareceres não vinculativos;
- f) Cooperar com a Direção na realização dos fins da Casa do Povo e na orientação da sua atividade, prevenindo atos e decisões não compatíveis com os Estatutos e a Lei;
- g) Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias;
- h) Autenticar os livros de registo e homologar as contas mensais, tendo em conta o parecer do Concelho Fiscal.

#### Artigo 35.º (Competência dos Secretários)

1. Compete aos secretários da mesa da Assembleia Geral secretariar as reuniões, assegurar o expediente e escriturar o livro das atas e substituir o Presidente no seu impedimento.

2. Nos impedimentos do Presidente da Mesa e/ou dos Secretários, as suas funções serão exercidas por sócios presentes, nomeados para o efeito.



Secção III  
Direção

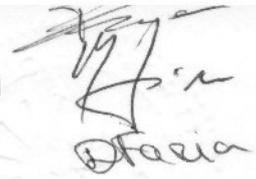
Artigo 36.º  
(Composição)

1. A Direção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.

Artigo 37.º  
(Competência)

Compete à Direção:

- a) Representar a Casa do Povo em juízo e fora dele;
- b) Administrar os valores da Casa do Povo com maior zelo e economia, arrecadando as receitas e satisfazendo as despesas;
- c) Organizar os serviços e zelar pela correta escrituração dos livros e documentos que forem necessários;
- d) Reunir sempre que necessário e obrigatoriamente uma vez em cada mês, para apreciação e aprovação de contas, devendo o quantitativo do saldo constar expressamente na respetiva ata;
- e) Elaborar o Relatório e Contas de exercício e os Orçamentos, e submetê-los à apreciação do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral;
- f) Apresentar a escrita e mais documentos à fiscalização do Conselho Fiscal na parte respetiva, aos serviços a que a Casa do Povo sirva de extensão;
- g) Elaborar, no ano em que findar o seu exercício, as relações dos sócios eleitores e elegíveis e preparar os demais elementos necessários à eleição dos corpos gerentes da Casa do Povo;
- h) Divulgar junto dos sócios as disposições legais que possam ser do seu interesse, bem como esclarecê-los sobre os seus direitos e deveres;
- i) Deliberar sobre as pretensões formuladas pelos sócios e receber as queixas apresentadas pelos utentes dos serviços prestados pela Casa do Povo;
- j) Definir o modo de utilização da Sede e suas dependências pelos sócios e seus familiares, bem como fixar as importâncias a que se refere o número 2 do Artigo 17.º destes Estatutos;
- k) Proceder contenciosamente contra os sócios e aplicar-lhes as penalidades nos termos das disposições estatutárias;
- l) Estudar as condições em que se desenvolvem algumas atividades características da área da Casa do Povo;
- m) Colaborar com as associações locais em iniciativas tendentes a melhorar a situação social e material da população;
- n) Verificar o cumprimento dos acordos de cooperação estabelecidos com os serviços públicos e remeter-lhes os elementos de informação solicitados;
- o) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, e atuar de acordo com as disposições dos presentes Estatutos e da Lei;
- p) Solicitar à Assembleia Geral, autorização para a criação ou extinção de delegações na sua área;
- q) Submeter à Assembleia Geral, as alterações dos Estatutos;
- r) Praticar os demais atos conducentes à realização dos fins da Casa do Povo e tomar as resoluções necessárias em matérias que não sejam da competência da Assembleia Geral;



Handwritten signature and stamp of the Casa do Povo.

s) Contratar pessoal e serviços para satisfação de necessidades da Casa do Povo e proceder à sua gestão e disciplina.

Artigo 38.º  
(Limitação da Competência)

1. A Direção não pode fazer por conta da Casa do Povo, operações alheias à respetiva administração ou aplicar quantias para fins que não caibam dentro do âmbito de atividades do organismo, ou exijam aprovação prévia da Assembleia Geral.
2. Para obrigar o organismo é necessária a assinatura da maioria dos seus membros, incluindo a do Presidente.
3. A movimentação de cheques e ordens de pagamento carece da assinatura de dois membros da Direção, sendo um deles o Tesoureiro.

Artigo 39.º  
(Competências do Presidente e Vice-Presidente)

1. Incumbe especialmente ao presidente da Direção:
  - a) Convocar as reuniões da Direção, dando conhecimento da respetiva data aos presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
  - b) Dirigir os trabalhos e orientar a discussão dos assuntos submetidos às reuniões;
  - c) Assegurar a execução das deliberações tomadas;
  - d) Assinar a correspondência;
  - e) Superintender em todos os assuntos administrativos e orientar os serviços;
  - f) Outorgar, depois de devidamente autorizado pela Direção em todos os atos que interessem ao Organismo.
2. Compete ao Vice-presidente colaborar com o presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas.

Artigo 40.º  
(Competência do Secretário)

Compete especialmente ao Secretário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da direção;
- b) Velar pela correta execução de todo o serviço de secretaria e do arquivo;
- c) Verificar anualmente a atualização do inventário dos bens da Casa do Povo.

Artigo 41.º  
(Competências do Tesoureiro)

- a) Dar cumprimento às resoluções da direção que digam respeito a receitas e despesas;
- b) Providenciar pelo recebimento e guarda dos valores pertencentes à instituição, depositando os saldos que excedam montante superiormente fixado;
- c) Vigiar a escrituração do livro de "caixa" de modo a que se encontre sempre em dia;
- d) Assinar, com outro membro da direção, cheques e ordens de pagamento;
- e) Fiscalizar a escrituração e o arquivo de todos os documentos de receita e despesa;

f) Manter a direção a par do estado financeiro da Casa do Povo, particularmente no que respeita ao recebimento de quotas.

Secção IV  
Conselho fiscal

Artigo 42.º  
(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais.

Artigo 43.º  
(Competências)

O conselho fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Casa do Povo, competindo-lhe designadamente:

- a) Examinar, sempre que o julgar conveniente, a escrita e demais documentação da Casa do Povo;
- b) Verificar quando considere necessário, o saldo de "caixa" e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respetivas atas;
- c) Emitir parecer sobre o Relatório e as Contas de exercício, bem como pronunciar-se sobre o orçamento e o Plano de Atividades para o ano seguinte;
- d) Apreciar qualquer outro assunto, sobre o qual lhe seja pedido parecer.
- e) Verificar o cumprimento da Lei dos Estatutos e dos Regulamentos." Artigo 14.º do EIPSS.

Artigo 44.º  
(Reuniões)

1. O conselho Fiscal, reúne, em sessão ordinária, trimestralmente e, quando necessário, para os efeitos da alínea c) do artigo anterior.
2. O Conselho Fiscal reúne, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou a pedido dos restantes membros.

Artigo 45.º  
(Competência do Presidente)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

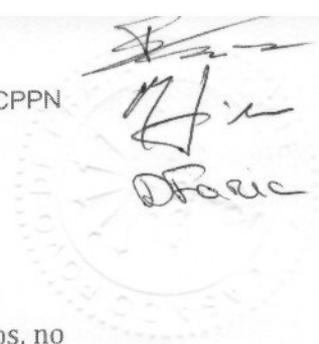
- a) Convocar as reuniões extraordinárias e ordinárias do Conselho;
- b) Orientar os trabalhos das reuniões;
- c) Assistir, sempre que for convocado pelo Presidente de Direção, às reuniões da Direção, sem direito a voto.

Artigo 46.º  
(Competência dos Vogais)

1. Compete ao primeiro Vogal redigir os pareceres do Conselho Fiscal.
2. Compete ao segundo Vogal colaborar com os restantes membros no desempenho das respetivas funções.

Capitulo IV

Eleições



Artigo 47.º  
(Realização das Eleições)

1. Devem realizar-se eleições na Casa do Povo, para a totalidade dos órgãos, no mês em que findar o quadriénio após as últimas eleições gerais.
2. Devem realizar-se eleições parciais, quando um órgão ficar reduzido a menos de metade dos seus membros e depois de os suplentes terem preenchido as vagas nele ocorridas.
3. Na falta de listas concorrentes será convocada a realizada, no prazo de trinta dias, uma Assembleia Geral que delibera sobre o assunto.

Artigo 48.º  
(Capacidade Eleitoral Ativa)

São eleitores os órgãos da Casa do Povo os sócios em pleno gozo dos seus direitos e que, em 31 de Dezembro do ano anterior ao das eleições, se encontrem inscritos à data fixada para início da elaboração da relação de eleitores não tenham quotizações em dívida superior a dois meses.

Artigo 49.º  
(Capacidade Eleitoral Passiva)

1. São elegíveis os sócios que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos e não estejam abrangidos por alguma das incapacidades que privam da qualidade de sócio eleitor, salvo o disposto no número seguinte.
2. Não podem candidatar-se para exercer funções, em simultâneo e no mesmo órgão, os parentes ou afins em qualquer grau da linha reta e os irmãos.
3. Os sócios que sejam trabalhadores da Casa do Povo não podem estar em maioria em qualquer dos Órgãos Sociais, nem podem exercer o cargo de Presidente do Conselho Fiscal.
4. Não podem candidatar-se aos corpos gerentes, os sócios menores de 18 anos ou exercendo funções diretivas noutra associação da área da Casa do Povo.

Artigo 50.º  
(Remissão)

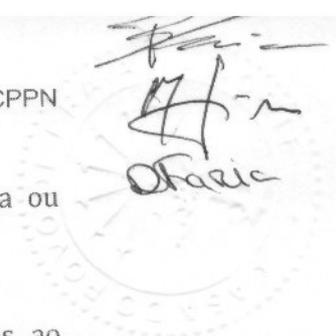
As eleições para os órgãos sociais da Casa do Povo, regem-se pelas normas constantes do regulamento eleitoral, sem prejuízo das disposições gerais constantes dos presentes Estatutos.

Capítulo V  
Regime Financeiro

Secção I  
(Receitas e Despesas)

Artigo 51.º  
(Receitas)

As receitas da Casa do Povo inscrevem-se nas seguintes rubricas:  
a) Quotizações dos sócios ou das pessoas referidas no artigo 9.º;



- b) Importâncias estabelecidas por Regulamento Interno para a prática ou acesso a determinadas atividades;
- c) Subsídios do Estado, de Autarquias Locais, ou de entidades privadas;
- d) Subsídios atribuídos pelo Fundo Comum das Casas do Povo;
- e) Compensações por serviço prestados ou pela utilização de instalações, ao abrigo de regulamento ou de acordos celebrados com serviços públicos e autarquias, ou com entidades ou instituições particulares;
- f) Donativos, legados ou heranças;
- g) Rendimento de bens próprios e de serviços;
- h) Juros de fundos capitalizados.
- i) Verbas atribuídas pelo Estado para a construção e conservação de instalações da Casa do Povo e seu apetrechamento e para o financiamento das suas atividades.

Artigo 52.º  
(Despesas)

As despesas da Casa do Povo são as que provêm, do desempenho das suas atribuições, em conformidade com a Lei e os Estatutos.

Artigo 53.º  
(Verbas Consignadas)

As verbas destinadas a serviços públicos e recebidas pela Casa do Povo, que relativamente a eles funcione como extensão local, consideram-se consignadas àqueles serviços.

SECÇÃO II  
(Quotizações)  
Artigo 54.º  
(Montante de Quotas)

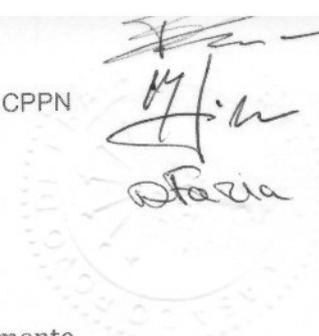
1. A quotização mínima a pagar pelos sócios da Casa do Povo é a que tiver sido fixada pela Assembleia Geral.
2. Os sócios podem, voluntariamente, pagar outras quotas superiores às fixadas pela Assembleia Geral.

Artigo 55.º  
(Dispensa de Pagamento de Quotas)

Os sócios são dispensados do pagamento de quotas durante a prestação do serviço militar obrigatório.

Artigo 56.º  
(Prazo e Local de Pagamento)

As quotas devem ser pagas até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que respeitam, na Sede da Casa do Povo pelas delegações, salvo que a Assembleia Geral decidir adoção de outros sistemas de cobrança ou afixação de outros prazos de pagamento.



Artigo 57.º  
(Falta de Pagamento)

1. A falta de pagamento de quotas por período superior a 2 meses, relativamente à data fixada para o início da elaboração da relação de eleitores, determina a incapacidade eleitoral.
2. A falta de pagamento por período de 6 meses consecutivos, determina a suspensão de todos os direitos previstos no Artigo 17º destes Estatutos.
3. O não pagamento de quotas por período superior a dois anos consecutivos, determina a perda de qualidade de sócio.
4. A dívida de quotas por períodos consecutivos de cinco e de vinte e três meses, deve ser imediatamente comunicada ao sócio.
5. É obrigatória a liquidação das quotas em dívida, não prescritas no ato da entrega do requerimento para readmissão, na hipótese em que o não pagamento tenha determinado a perda da qualidade de sócio.
6. Quando a falta de pagamento de quotas não resultar da responsabilidade do sócio, este mantém todos os seus direitos.

Artigo 58.º  
(Prescrição)

As dívidas de quotizações prescrevem pelo prazo de cinco anos a contar do último dia do prazo estabelecido para o pagamento.

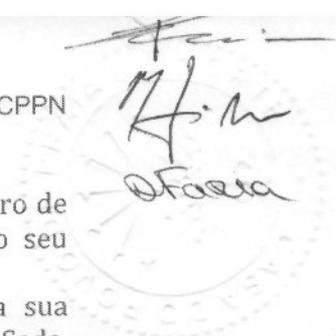
Artigo 59.º  
(Restituição de Quotas)

1. As quotas pagas indevidamente são restituídas aos interessados.
2. O direito de reclamar a restituição das quotas extingue-se decorrido o prazo de um ano a contar da data do se pagamento.

SECÇÃO III  
(Orçamento e Contas)  
Artigo 60.º  
(Orçamentos)

1. Até 10 de Outubro de cada ano, é elaborado pela Direção e submetido nos dez dias seguintes à apreciação do Conselho Fiscal, o Orçamento para o ano seguinte, discriminando-se as receitas ordinárias e as extraordinárias e bem assim as despesas, com a discriminação em rubrica própria, das verbas relativas à administração e a cada uma das modalidades de atuação do organismo, sendo aquele apresentado à aprovação da Assembleia Geral na reunião a realizar até 15 de Novembro.
2. No decurso do ano podem ser elaborados até dois orçamentos suplementares destinados a ocorrer a despesas imprevistas ou insuficientemente dotadas no orçamento ordinário, os quais são sujeitos a parecer do Conselho Fiscal e submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 61.º  
(Contas de Gerência)



1. As contas de gerência são encerradas com referência a 31 de Dezembro de cada ano e sujeitas a parecer do Conselho Fiscal nos dez dias seguintes ao seu encerramento.

2. Durante os oito dias anteriores à reunião da Assembleia para a sua apreciação, a realizar em Março, as contas e o respetivo parecer são afixados na Sede, facultando-se a sua consulta aos sócios em pleno gozo dos seus direitos.

3. Os Orçamentos e as Contas de Gerência, juntamente com o respetivo Relatório, são afixados para consulta dos sócios, imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral.

## Capítulo VII

### Sanções

#### Secção I

(Responsabilidade dos Corpos Gerentes)

#### Artigo 62.º

(Observância dos Estatutos)

Compete à Assembleia Geral e especialmente ao Presidente da Mesa, a verificação do disposto nestes Estatutos relativamente aos atos de todos os Órgãos Sociais, ressalvada a competência do Conselho Fiscal e do Tribunal competente.

#### Artigo 63.º

(Responsabilidade)

1. Os membros dos Órgãos Sociais são responsáveis, solidariamente em matéria civil e individualmente em matéria criminal, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício das suas funções, excedam ou não os limites da sua competência

2. Os membros dos Órgãos Sociais são ainda responsáveis, perante a Casa do Povo, pelos prejuízos resultantes do não cumprimento dos seus deveres legais estatutários.

3. Decorridos seis meses sobre a aprovação da Conta de Gerência, os membros da Direção ficam ilibados de responsabilidade para com a Casa do Povo, salvo provando-se ter havido má-fé, ou indicações falsas, mas a aprovação será ineficaz quando não tiver sido dado cumprimento ao disposto no número 2 do Artigo 61.º.

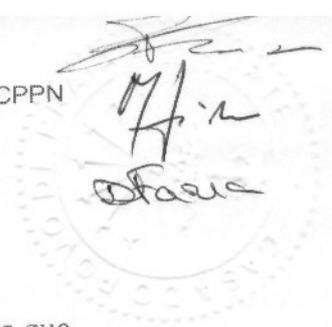
4. Considerando-se isentos de responsabilidade os que não tiverem tido intervenção na resolução ou a desaprovarem com declaração expressa no livro de atas.

#### Artigo 64.º

(Infrações)

Qualquer sócio pode requerer à Assembleia Geral e ao Tribunal competente:

- a) A suspensão dos dirigentes responsáveis até à decisão final do processo, nos casos previstos no número 1 do Artigo seguinte;
- b) A destituição dos dirigentes que deixem de reunir as condições de elegibilidade estabelecidas ou cometam graves irregularidades.
- c) A anulação de atos que desrespeitem os Estatutos e a Lei.



Artigo 65.º  
(Penalidades)

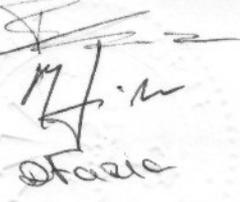
1. São punidos com destituição do cargo os membros dos Corpos Sociais que diretamente contribuam para desviar o organismo do fim para que foi instituído, o impossibilitem de cumprir os deveres impostos por Lei, ou pratiquem graves irregularidades, ou ainda por abandono das suas responsabilidades.
2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de outras penalidades fixadas na Lei.
3. A proposta de destituição só é válida quando precedia de processo de inquérito devidamente elaborado e fundamentado.
4. A destituição dos Órgãos Sociais, carece do voto de mais de metade dos sócios da Casa do Povo.

Secção II  
Regime disciplinar dos sócios

Artigo 67.º  
(Sanções disciplinares)

1. Pelas infrações aos deveres estatutários cometidas pelos sócios são aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade penal prevista na Lei, as sanções de repreensão, de suspensão e de exclusão, de acordo com o estipulado nos números seguintes.
2. São factos pelos quais os sócios podem ser repreendidos:
  - a) Ser menos correto no seu procedimento associativo por forma a lesar o bom nome da Casa do Povo;
  - b) Não cumprir as resoluções tomadas em Assembleia Geral ou pela Direção, de harmonia com os Estatutos e a Lei.
3. É suspenso por um período mínimo de trinta dias e máximo de dois anos o sócio que:
  - a) Ofender qualquer membro da Assembleia Geral, da Direção ou do Concelho Fiscal, ou funcionários no exercício das suas funções;
  - b) Que tentar desacreditar a Casa do Povo;
  - c) Formular, de má-fé contra outros sócios, acusações que não provar em assuntos relacionados com a atividade do organismo;
  - d) Delapidar os bens da instituição;
  - e) Atentar de forma grave contra a boa ordem e harmonia que devem existir na Casa do Povo.
4. A suspensão implica a incapacidade temporária do transgressor usufruir os direitos e regalias resultantes de qualidade de sócios, mas não isenta do pagamento das respetivas quotas.
5. É excluído o sócio que:
  - a) Agredir corporalmente qualquer membro da Mesa da Assembleia Geral, da Direção ou do Concelho Fiscal, ou empregado no exercício das suas funções;
  - b) Perturbar gravemente a ordem de trabalhos em sessões da Assembleia Geral, ou faça, acusações que não provem.
6. O sócio excluído só pode requerer a sua readmissão decorridos três anos.

Artigo 67.º  
(Procedimento)



Handwritten signature and a circular stamp with illegible text.

1. As sanções previstas no artigo anterior são aplicadas pela Direção, tomando em conta as circunstâncias concretas da infração e o comportamento anterior do sócio, e da sua aplicação cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor no prazo de dez dias.

2. O sócio arguido de qualquer falta, não é punido sem que previamente seja convocado para se defender.

3. Da suspensão por tempo superior a noventa dias ou da exclusão, é dado conhecimento ao Presidente da Assembleia Geral.

4. Da decisão da Assembleia Geral cabe recurso para o Tribunal competente.

## Capítulo VII Disposições Finais

### Artigo 68.<sup>o</sup> (Delegações)

1. Nos casos em que se justifique e para melhor realização dos seus fins pode a Casa do Povo, com prévia autorização da Assembleia Geral, criar ou extinguir delegações na sua área.

2. Cada delegação será dirigida por três sócios, escolhidos pela Direção.

### Artigo 69.<sup>o</sup> (Simbologia)

A Casa do Povo tem direito ao uso de emblema, bandeira e selo próprio, aprovados pela Assembleia Geral.

### Artigo 70.<sup>o</sup> (Âmbito de atuação)

Os bens e os meios de ação de que a Casa do Povo disponha para prossecução dos serviços, não podem ser utilizados para qualquer atividade contrária aos seus interesses.

### Artigo 71.<sup>o</sup> (Dissolução)

1. A dissolução da Casa do Povo pode resultar da verificação de uma das seguintes causas:

a) Por deliberação da Assembleia Geral nos termos de alínea h) do artigo 31.<sup>o</sup> e número 3 do Artigo 32.<sup>o</sup> destes Estatutos;

b) Por decisão judicial que declare a sua insolvência.

c) Pelo falecimento ou desaparecimento de todos os sócios,

2. A Casa do Povo extingue-se ainda por decisão judicial:

a) Quando o seu fim se tenha esgotado ou se haja tornado impossível;

b) Quando o seu fim real não coincida com o fim expresso no ato de constituição ou nos Estatutos;

c) Quando o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais;

d) Quando a sua existência se torne contrária à ordem pública.

Artigo 72º  
(Destino dos bens em caso de extinção)

Em caso de fusão ou extinção da Casa do Povo, os seus bens são integrados no património da associação ou associações que dela resultarem e/ou prossigam os mesmos fins, com respeito pela legislação aplicável.

Artigo 73º  
(Casos omissos e Lacunas)

Os casos omissos e lacunas, serão resolvidos de acordo com o disposto nos Estatutos e demais legislação aplicável.

Presidente Assembleia Geral: Paulo Gomes Faria

Paulo Gomes Faria

Presidente Direção: Marco Paulo Neves da Silva

Marco Paulo Neves da Silva

Presidente Concelho Fiscal: Diana Maria Moitoso Faria Machado

Diana Maria Moitoso Faria Machado



---

Organigrama dos Corpos Sociais da Casa do Povo da Praia do Norte

---

Aprovado em 13.11.2015

